

COMUNICAÇÃO ORAL

JUVENTUDE, PROCESSOS EDUCATIVOS E TRABALHO

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: O TRABALHO E A EDUCAÇÃO

Shirley de Lima Ferreira (Doutoranda do Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/EICOS/Instituto de Psicologia/UFRJ)

Simone Ouvinha Peres (Orientadora. Programa EICOS/Instituto de Psicologia /UFRJ)

Palavras-chave: Juventude; Educação; Trabalho; Trajetória Escolar.

Nas últimas décadas às flutuações da crise econômica mundial e as políticas de enfrentamento à crise na economia nacional correspondem variações nos setores produtivos, em seus segmentos e nas regiões do país. Do impacto destas transformações estruturais sobre a população, em nosso interesse particular a população jovem, emergem políticas públicas nos campos do trabalho e da educação que visam minorar a desigualdade e efeitos excludentes sobre os jovens. Observando alguns dados gerais, entrevemos, segundo o DIEESE, que no período de 2000 a 2010 houve leve diminuição da taxa de desemprego da população adulta, mas significativo aumento do desemprego entre os jovens. Neste período a principal porta de entrada no mercado de trabalho para os jovens de 16 a 24 anos foi o comércio: em que obtêm salários baixos; enfrentam jornadas extensas; não são estimulados à escolarização, pois o setor valoriza mais a experiência – em 2008, mais de 70% da juventude comerciária estava longe da escola. Na indústria, em 2011, conforme o CAGED contratou-se mais de setenta mil aprendizes dos quais 69% possuíam até 17 anos e a maioria dos demais 18 a 24 anos. Não obstante, até final dos anos 1980 a inserção dos jovens escolarizados no mercado de trabalho esteve associada à boa trajetória escolar, mas desde 1990 a lógica da desvalorização dos diplomas como explicitada por Bourdieu se impôs, pois as posições a serem ocupadas se tornaram escassas. Neste contexto emergem políticas públicas heterogêneas, voltadas tanto ao campo da educação (melhorias na educação básica, tecnológica e democratização do ensino superior, pois os que mais sofrem são os que não possuem os diplomas, mesmo desvalorizados); quanto à modificação da estrutura da ocupação e do desemprego juvenis. Buscamos as convergências e as divergências de tais políticas. Tomando, por exemplo, as linhas temáticas do PROJOVEM, este propõe preparar para o mundo do trabalho, sem que tal mundo inclua *a priori* o prolongamento da escolaridade formal. E as políticas de inclusão (ingresso e permanência) de jovens das camadas populares nas universidades não são contíguas a políticas de primeiro emprego que atendam a sua condição específica; o primeiro emprego se faz sob as lógicas do mercado. Neste sentido, mediante a crise do trabalho abstrato na sociedade contemporânea, manter-se na condição de estudante é uma estratégia de adiamento do ingresso no mercado, porém, sua eficácia varia, sobretudo, em função da classe social da família de origem, pois o mercado opera novas distinções entre portadores de diplomas semelhantes. Por fim, sabemos que juventude designa um complexo não apenas em função do ciclo biológico, mas de vivências distintas e distintivas, determinadas por múltiplos fatores e determinantes de diferentes posições no espaço social. Questionamos se e como as atuais políticas públicas para a juventude reconhecem e legitimam tais diferenças e se e como contribuem para a reprodução e/ou a superação das desigualdades e permanência das hierarquias entre segmentos sociais distintos frente a distintos capitais culturais e sociais.